

MOVIMENTO LGBTQIA+ E O MARXISMO: CONVERGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NO COMBATE AS FALÁCIAS DA EXTREMA DIREITA

**THE LGBTQIA+ MOVEMENT AND MARXISM: CONTEMPORARY
CONVERGENCES IN COMBATING FAR-RIGHT FALLACIES**

Ciências Humanas • 07/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786069772](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786069772)

Carlos Rochester Ferreira de Lima

RESUMO

O presente artigo analisa o movimento LGBTQIA+ no Brasil, principalmente no processo de emergência da extrema direita e do conservadorismo religiosos e político no início dos anos 2000, quando para fins eleitorais, utilizou-se de pautas morais falaciosas como o “kit gay” e a “ideologia de gênero” na produção de fake news, o que impulsionou a campanha de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República em 2018. Através de pesquisa bibliográfico-documental, também debatemos acerca dos encontros e desencontros entre o marxismo e as lutas contra opressões, em especial as possíveis coalizões entre a/os sujeita/os dissidentes do horizonte cisheteropatriarcal neoliberal e àqueles ligados aos ideais socialistas. Metodologicamente, a investigação se desenvolveu a partir da abordagem do método qualitativo, de caráter exploratório com o intuito de melhor contextualizar o objeto em análise. Concluímos que há possibilidades de alianças das pautas do movimento LGBTQIA+ com as correntes marxistas, a partir das lutas advindas da concretude da classe trabalhadora, composta majoritariamente por mulheres, negra/os e LGBTQIA+, no enfrentamento: a exploração e desumanização da classe trabalhadora; o neofascismo institucionalizado via extremismo religioso, as fake news/falácias veiculadas massivamente, depreciando e marginalizando sujeitos destoantes do cisheteropatriarcado e do ideário neoliberal.

Palavras-chave: Movimento LGBTQIA+; Ideologia de Gênero e Kit Gay; Marxismo e Luta contra opressões; Fake news e Política.

ABSTRACT

This article analyzes the LGBTQIA+ movement in Brazil, particularly during the rise of the far right and of religious and political conservatism in the early 2000s. During this period, fallacious moral

issues—such as the "gay kit" and "gender ideology"—were exploited for electoral gain through the dissemination of fake news, thereby fueling Jair Messias Bolsonaro's 2018 presidential campaign. Through bibliographic and documentary research, we also discuss the convergences and divergences between Marxism and struggles against oppression, specifically the potential clashes between individuals who diverge from the neoliberal cis-heteropatriarchal order and those aligned with socialist ideals. Methodologically, the study employed a qualitative, exploratory approach to better contextualize the subject matter. We conclude that there is potential for a coalition between the LGBTQIA+ movement and Marxist currents, grounded in struggles arising from the lived reality of the working class—which is composed predominantly of women, Black people, and LGBTQIA+ individuals—to confront the exploitation and dehumanization of the working class, institutionalized neofascism driven by religious extremism, and the mass dissemination of fake news and fallacies that disparage and marginalize those who deviate from cis-heteropatriarchy and neoliberal ideology.

Keywords: LGBTQIA+ movement; Gender ideology and "Gay Kit"; Marxism and the struggle against oppression; Fake news and politics.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo investiga o movimento LGBTQIA+ no Brasil, principalmente no processo de emergência da extrema direita e do conservadorismo religioso e político, quando essa comunidade dissidente do cisheteropatriarcado passa a ser denominada como um 'alvo a ser combatido'. Outrossim, buscaremos historicizar as aproximações e distanciamentos entre a luta contra opressões e os teóricos do marxismo. Esta pesquisa tem como objetivo principal de

investigação compreender quais os impactos da ascensão de grupos extremistas político-religiosos que se agruparam em torno da direita e extrema direita, partilhando de ideias e práticas conservadoras e que elegeram como inimigo em comum: a comunidade LGBTQIA+ no Brasil. Além de problematizar a trajetória histórica das relações entre as subalternidades LGBTQIA+ constituídas historicamente, bem como as relações entre esse movimento e o marxismo. Procurando demonstrar as pautas comuns e legítimas dentro do espectro de lutas contra as opressões numa sociedade capitalista.

De forma genérica, identificamos com mais intensidade que esses debates relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos foi se integrando como pauta, reincidente dos diálogos no cenário político do Brasil, com maior força a partir do pleito eleitoral do ano de 2018, onde observou-se a desqualificação de grupos excluídos e preconceituados historicamente, como a comunidade LGBTQIA+ alvos de ataques, desferidos pelos conservadores direitistas. Para alcançar o objetivo proposto, o percurso metodológico desta pesquisa, se baseia em investigação qualitativa, bibliográfica.

Para entendermos a relevância e urgência dos temas aqui levantados torna-se pertinente refletir também acerca das estratégias e arranjos políticos ‘distópicos’ referentes às eleições 2018, torne-se necessário perceber como o recurso à defesa da “família brasileira” mostrou-se como elemento aglutinador capaz de despertar a identificação entre uma grande parcela do eleitorado brasileiro a candidatos/as que se utilizando de pautas morais conservadoras infundadas como o “kit gay” e a “ideologia de gênero” dominaram o debate público. Estes grupos disseminavam informações falsas sobre temas, sem a preocupação de examinar os

conteúdos que estes veiculavam nas redes sociais e acabaram influenciando a massa eleitoral, criando assim, uma polarização radical e a criação de um ‘tribunal virtual’ tendo com um dos principais ‘inimigos a ser combatido’: o movimento LGBTQIA+, suas lutas e bandeiras.

Por isso, uma das principais justificativas para o desenvolvimento da presente proposta reside não somente em pesquisar os elementos aqui identificados, mas criar uma memória pedagógica para o movimento LGBTQIA+, além de formas de conscientização a partir do contato dos leitores com estes escritos. Por isso é coerente que se desenvolva a investigação acerca da gestação, irresponsável e criminosa, destes mitos que se apoiou/apoia na “mentira organizada”, ou seja, no uso de conceitos e dados incorretos para manipular a opinião pública. Desencadeando, a partir do efeito polarizador, as bolhas epistêmico-discursivas, configurando-se como *lócus* em que opiniões diferentes ficam de fora simplesmente por falta de contato com o contraditório e ou por uma filiação ao movimento anticientífico. São ambientes onde o que vem de fora é rejeitado ou refutado sem uma discussão qualificada, vence-se no grito. São espaços, principalmente virtuais, onde as ideias errôneas são repetidas e reforçadas, e qualquer voz de fora é rejeitada. Isso favorece não só a difusão de informações falsas, fake news, mas reações muito mais imediatas e violentas como falácias que afirmam categoricamente que existe um plano conspiratório para promover a homossexualidade, ou quando se espalhou via redes sociais a existência de mamadeiras eróticas, por exemplo.

No fim do século XIX até metade do século XX, foi tratado nos meandros do marxismo a denominada “questão da mulher”. Nesse sentido, Marx, Engels, Lenin, Trotski e outros pensadores

materialistas se debruçaram acerca da situação das mulheres no contexto da sociedade capitalista, delineando os entraves a serem superados com vista a libertação destas. Faz-se relevante esclarecer que acerca da “questão da mulher” as pensadoras situadas no arcabouço socialista refletiram, lutaram e denunciaram as subalternidades e assimetrias por que passavam estas sujeitas, dentre estas podemos destacar os esforços de Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e Nadejda Krupskaja, para citar algumas. Desse modo, pode-se identificar que tanto Marx como outros marxistas expoentes do socialismo debateram e incluíram em suas preocupações no que se refere as questões relacionadas a opressão às mulheres.

Porém, como nos lembra Renan Quinalha, por outro lado, existe consenso de que os debates sobre “questão da mulher” foram insuficientes. E que as discussões sobre diversidade sexual guardam uma relação muitas vezes contraditória com a tradição marxista. “De um lado, parte expressiva do marxismo deu pouca atenção à sexualidade, desqualificando-a com dimensão menor da vida social, ou como uma agenda secundária”. De outra forma, “não foram poucas as agremiações socialistas e comunistas que deram contribuições fundamentais para as lutas dos homossexuais nos últimos 150 anos” (Quinalha, 2019, p. 25). Hodiernamente, torna-se primordial e fundamental reconsiderar as pautas específicas das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+ como reivindicações da classe trabalhadora que historicamente foi explorada e oprimida. No que tange às questões de gênero e sexualidade, tivemos muitos erros, mas também acertos no campo das experiências.

A estrutura do presente texto está organizada em quatro seções. A primeira seção compreende a introdução, onde são apresentados o tema, o objetivo da pesquisa, a justificativa. Na sequência, na

segunda seção, abordamos os aspectos teóricos acerca dos debates político-religiosos em torno das esferas da extrema direita, do conservadorismo, bem como da manipulação em massa através das fake news. Esse exercício é constituído a partir da revisão de literatura sobre as categorias de análise. A próxima parte é dedicada aos encontros e desencontros entre o marxismo e as lutas contra opressões. Em seguida, apresenta-se a metodologia, com a exposição dos procedimentos utilizados para a realização do estudo ora proposto. Na sequência, os resultados são apresentados e discutidos à luz do referencial teórico, com base nas categorias e conceitos usados. Por fim, as considerações finais oferecem a síntese dos achados nesta investigação científica.

2. LGBTFOBIA BRASILEIRA: O CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL DO RECRUDESCIMENTO DA EXTREMA DIREITA E DO CONSERVADORISMO VIA FAKE NEWS

Ao trazermos para a discussão os sujeitos dissidentes e subalternizados, que se manifestam a partir das identidades, expressões de gênero ou orientação sexual que destoam da cisheteronormatividade - identidade de gênero correspondente ao sexo de nascimento, e dos padrões hegemônicos, englobando assim, a população LGBTQIA+, busca-se compreender as manifestações que afligem estes corpos, no que diz respeito a LGBTfobia materializada nas imposições sociais, políticas e culturais ditas 'normais' no contexto brasileiro, principalmente a partir dos anos 2010.

Partimos do episódio do "kit gay", formulação falaciosa, surgida no ano de 2011, este "[...] diz respeito a tensões relacionadas a um conjunto de materiais que tinha o objetivo de combater a

homofobia nas escolas brasileiras, visto que a orientação sexual é um dos grandes motivadores do bullying escolar”. Este material era composto por kit anti-homofobia e fazia parte do Projeto Escola sem Homofobia, proposto pelo Ministério da Educação, dirigido por Fernando Haddad, por “ONGs nacionais e internacionais e avalizado pela UNESCO, que, por sua vez, estava vinculado ao Programa Brasil Sem Homofobia, programa interministerial que visava o combate à homofobia em diversos eixos, dentre estes as escolas públicas” (Maranhão Fº, Coelho E Dias, 2018, p. 70).

Desse modo, assim que a presidenta Dilma Rousseff assume, em 2011, desenvolve-se uma “explosão de discursos daquilo que fora pejorativamente apelidado como “kit gay” e seu posterior desenvolvimento para o que viria a ser conhecido como “ideologia de gênero” durante os debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)” (Dumas, 2025, p. 02).

A posteriori, foi no percurso da campanha eleitoral em 2018, que pudemos identificar a relevância dada por Bolsonaro e seus aliados a pautas relacionadas a esfera da ‘moral’, “em detrimento às questões técnicas, como por exemplo, proposições envolvendo o comércio externo. Temas morais, que provocavam debates acalorados na sociedade, foram utilizados para promover uma defesa do conservadorismo e do tradicionalismo” (Dumas, 2025, p. 02).

Destarte, o evento que trouxe à tona novamente o “kit gay”, e a “ideologia de gênero” foi a campanha de Jair Bolsonaro para presidente da república. Estes debates e pautas possuem um *modus operandi*: o desencadeamento “das chamadas Fake news e a evidenciação de dimensões político-religiosas, utilizadas para estabelecer sujeitos subversivos que seriam os inimigos da “família

tradicional brasileira” e que intentariam destruí-la por meio da homossexualização de crianças” (Maranhão Fº, Coelho E Dias, 2018, p. 69).

São constituídas como forma de pânico moral e utilização de notícias falsas, as fake news, que se traduzem por serem informações fabricadas com o intuito de espalhar mentiras a um nível “viral” e desenformar em massa. Essa veiculação se dava por meio das redes sociais, como whatsapp, twitter e facebook, trazendo em seu bojo ‘espantalhos morais’ acerca de temas como “mamadeira em formato de órgão genital masculino”, “ditadura gayzista”, dentre outros absurdos, tendo como fim desencadear uma sensação de terror social pela suposta possibilidade de aniquilação do sistema cisheteropatriarcal. Como destaca Renan Quinalha (2023):

A eleição de Bolsonaro para presidente, em uma campanha baseada na combinação de discursos de ódio com fake news, tem ainda despertado diversas análises com o objetivo de compreender essa vitória algo surpreendente. Afinal, como seria possível aclamar chefe da nação um candidato que desqualifica a democracia, vocífera preconceitos e estimula violências contra diversos grupos vulneráveis? (Quinalha, 2023, p. 136)

A vitória de Bolsonaro se dá por meio a ascensão de grupos extremista e conservadores e que se tornariam aliados perfeitos para o presidencialismo. Este se juntou aos evangélicos ao decidir disputa à

presidência em 2018, e como tática de campanha para seduzir a esse nicho passou a utilizar-se de referências religiosas com bordões tipo: ‘E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará’, e ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’. Porém, seus discursos radicais, desrespeitosos e despolitizados, sem coerência com as verdadeiras necessidades do país, não se encastelaram apenas com os adeptos do cristianismo, se conectaram com as massas populares por trazer uma mensagem rápida, com teor de imutabilidade dos valores e costumes sociais pautados numa perspectiva de conservação e moralização. A esse respeito, Gomes sintetiza:

Por se tratar de um pensamento que não contém unidade e por penetrar na vida cotidiana através de condições genéricas em si – em outras palavras, por estar à serviço da particularidade, da vida miúda, o discurso conservador também não apresenta coerência interna nem autocrítica. Uma das características da vida cotidiana, a repetição, faz com que tomemos por hábito diferentes ações no interior do mundo dos usos (costumes). O conservadorismo se alia a esse movimento de práxis repetitiva, uma vez que uma ideia conservadora aparece para nós como natural, inquestionável, e em razão da sua natureza de manter em permanência o que está estabelecido (justamente porque conserva) faz com que apareça também como coerente à própria personalidade do sujeito. (Gomes, 2016, p. 170)

Após vencer o pleito, viu-se uma agenda que contemplava uma pauta que se organizava entre autoritarismo político e conservadorismo religioso extremados. Identificou-se, além disso, “[...] uma moralidade conservadora não é como um mero acessório, mas tem sido um dispositivo central na trajetória política de Bolsonaro, na sua campanha eleitoral, na vitória selada de 2018 e na sua forma de governar” (Quinalha, 2023, p. 136). Liderando a partir da mobilização de valores relacionados a salvaguarda da família tradicional e da heterossexualidade compulsória como instituição social impositiva permeada por um paradigma de mundo religioso e “terrivelmente cristãos”. Essas diretrizes seguidas pelo presidente demarcam a existência e o êxito de um projeto político/ideológico alimentado pelo pânico moral elegendo um inimigo a ser combatido, justamente, a comunidade LGBTI+.

2.1. ‘Inimigos’ a Serem Combatidos: Reatualizações da LGBTfobia Brasileira a Partir da ‘Ideologia de Gênero’ e do ‘Kit Gay’

A partir dos anos 2000 a comunidade LGBTQIA+ se organiza organicamente, ocupando espaço, tendo visibilidade e articulando estratégias de participação política e social. Esse movimento possibilitou alguns avanços para esta população. A pesquisadora Regina Facchini nos menciona que estas conquistas se apresentaram como possibilidades de luta concreta pelos direitos dessa população, sendo as Conferências Nacionais, uma boa mostra, pois “contribuíram com a construção e fortalecimento de frentes parlamentares, com a elaboração e proposição de projetos de leis e com o estabelecimento de normativas, na perspectiva do combate à patologização e à discriminação contra LGBT. Essas foram, e ainda são, iniciativas essenciais para o fortalecimento da atuação do

movimento na conjuntura vivenciada” (FACCHINI, 2009, p. 139). E ela diz mais a esse respeito:

Assim, até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro); após 1993, como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilidade dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o “T” refere-se a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a

No entanto, apesar de muitas conquistas nos anos iniciais dos anos 2000, como fica evidente no fragmento acima, já a segunda década será marcada por muitas adversidades, no terreno político-religioso institucional e nas investidas para desqualificar, patologizar e subalternizar a comunidade LGBTIA+. As falácias, ‘ideologia de gênero’ e o ‘kit gay’, foram algumas das estratégias discursivas e

representacionais usadas pela extrema direita conservadora, constituída por uma parcela de grupos cristãos - católicos e evangélicos, para desencadear pânico moral na população, tendo como alvo principalmente as/os sujeita/os LGBTQIA+. Sob essa ótica:

A reação conservadora tem elementos transnacionais, não apenas porque a Igreja Católica tem capitaneado a ofensiva contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, mas também porque a insegurança decorrente da fragilização dos sistemas conhecidos de proteção parece abrir oportunidades para que, mais uma vez, se convoque “a família” contra o fantasma da subversão moral (BIROLI, 2018, p. 87).

A falácia é um argumento sem base lógico-epistêmica coerente, que conduz a enganação, ou seja, parece ser correto, mas apresenta uma argumentação falsa com aspecto de verdade. Configura-se como uma tática, ou raciocínio falso, a partir de um pseudoargumento com a finalidade de convencer outras pessoas, com quem se discute, defendendo que ‘o nosso’ raciocínio é coerente, quando de fato é incorreto, falacioso.

Na história das lutas pelos direitos e pautas da comunidade LGBTI+, a falácia é reiteradamente empregada em debates e argumentações políticas e sociais para desacreditar o movimento. Das inúmeras falácias a do espantalho é a mais usada contra os sujeitos dissidentes do cisheteropatriarcado e dos cristãos conservadores. A falácia do espantalho constitui-se como uma forma de raciocínio

distorcido por alguém com a intenção de desqualificar, ideias e/ou pessoas, simplificando ou exagerando o argumento do opositor. Por exemplo, quando o movimento LGBTQI+ defende a inclusão de discussões sobre diversidade, respeito e direitos civis nas escolas. O objetivo deste movimento é discutir, conscientizar e combater a discriminação, o bullying e a violência que incidem sobre essa população. Nesse caso, o espantalho é arquitetado quando os opositores deturpam isso dizendo que o que movimento quer é incentivar as crianças a “mudarem de sexo” ou promoverem à promiscuidade nos ambientes educacionais. Ao transfigurar intencionalmente a pauta de respeito e conscientização em uma ameaça à infância, ajuda ao debatedor fabricar pânico moral e hostilizar o movimento, ignorando o problema real, negligenciando, desse modo a questão central: o preconceito.

À vista disso, iniciemos nessa parte, a discussão em torno de uma emblemática falácia que é a famígera “ideologia de gênero”. Este, refere-se a um pseudoconceito disseminado no discurso da direita, reiteradamente nas falas de religiosos, principalmente evangélicos que buscam evidenciar, “o seu risco para a destruição da chamada família tradicional. As eleições brasileiras de 2018 são marcadas por uma forte presença de uma narrativa moralizadora, precedente a 2016” (Garrido, 2024, p. 188). Influenciadores midiáticos evangélicos, como é o caso dos pastores Silas Malafaia e Marco Feliciano, utilizam-se de seu prestígio religioso para ganhar projeção nos períodos eleitorais, alicerçando as pautas e projetos de poder defendidos pela direita e extrema direita. “Tal engajamento, por parte das lideranças cristãs, pode ser percebido no próprio discurso desses atores nas redes sociais, fortalecendo-se em um período que engloba desde o impedimento da presidenta Dilma, em 2016”

(Garrido, 2024, p. 189), e como uma estratégia de incentivo ao candidato Jair Bolsonaro.

Nessa seara, 'ideologia de gênero' surgiu como uma discussão textual baseada na escolha semântica da palavra gênero, que acabou gerando toda uma celeuma com relação à palavra mais adequada a ser empregada no documento final da Conferência Internacional da Mulher. A expressão ganhou força devido à mobilização de religiosos católicos e conservadores que a proclamavam tal qual uma doutrina, que teria como objetivo implícito a destruição da família e da moralidade. Aqui, a perspectiva moral é usada como coação para causar medo na população e a depreciação de políticos, partidos ou até mesmo movimentos e grupos subalternizados/preconceituados historicamente, como os sujeitos LGBTI+. "Depois de caracterizados, tais itens ficam estereotipados como inimigos das pautas morais e são utilizados como argumentos dentro da guerra cultural, em que há uma disputa de narrativas. É nesse contexto de embate discursivo que a ideologia de gênero surge" (Garrido, 2024, p. 189). Nesse rol, surgem outros discursos sem embasamento científico, como é o caso do imbróglio entre as categorias de gênero, sexo e sexualidade. Nesse prisma, Louro (2000), ao refletir acerca das questões relacionadas ao gênero a manifestação deste no ambiente escolar, esclarece que:

[...] o conceito de gênero não é ligado ao desempenho de papéis masculinos ou femininos, mas sim ligado à produção de identidades – múltiplas e plurais – de mulheres e homens no interior de relações e práticas sociais (portanto, no interior de relações de poder). Estas relações e práticas não apenas constituem e instituem os sujeitos (esses vários tipos de homens e mulheres), mas também produzem as formas como as instituições sociais são organizadas e percebidas. Neste sentido, a escola, como um espaço social que se tornou, ao longo da história, nas sociedades urbanas ocidentais, um locus privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço genereficado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero (Louro, 2000, p. 26).

Podemos depreender, do excerto acima, que gênero vai além das esferas de masculinidade e feminilidade, mas conecta-se à constituição das identidades, que concretamente se desenvolvem a partir das relações sociais e de poder, em cada época e espaço. Destarte, o gênero “[...] refere-se, portanto, ao modo como as chamadas ‘diferenças sexuais’ são representadas ou valorizadas, refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (Louro, 2000, p. 26).

Já para Judith Butler, como uma boa hegeliana, diz que o “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no

interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59). Para esta pesquisadora, o gênero está subordinado por normas que o regulamenta e delinea sua atuação em uma estrutura binária. E a reprodução do gênero se dá por meio de negociação de poder e da assimetria entre o masculino e o feminino. Sendo assim: “uma das práticas que regulam o gênero é a heterossexualidade compulsória, instituída e naturalizada para atender a estrutura binária (masculino/feminino) e estabelecer a diferença entre eles, por meio da manutenção do desejo heterossexual” (BUTLER, 2009, p. 322).

Nesse sentido, o gênero manifesta-se como processo, em um devir constante, esboçado no que os sujeitos fazem, nunca pelo que são. Esse constituir-se não é arbitrário, se delinea doravante às limitações de instituições e estruturas de poder que aparentemente se apresentam como construções engessadas/estagnadas de gênero, que simulam uma naturalidade e uma perenidade. Butler, nos esclarece ainda que o gênero não se entrecruza ao sexo. O gênero configura-se como um modo de agir, “que tem potencial para extrapolar os limites binários que são impostos pela suposta aparência binária do sexo. Considera-se, portanto, que o gênero não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (BUTLER, 2003, p.24). Aproveitando o ensejo de Butler, adentramos nos liames da definição de sexo e sexualidade, bem como suas diferenciações, recorreremos, inicialmente, a Nunes e Silva (2006) para elucidar, ainda que de maneira introdutória, essa temática. Para os autores:

É possível entender sexo como a marca biológica, a caracterização genital e natural, constituída a partir da aquisição evolutiva da espécie humana como animal. Já a sexualidade é um conceito cultural, constituído pela qualidade, pela significação do sexo. Nesta definição, somente a espécie humana ostentaria uma sexualidade, uma qualidade cultural e significativa do sexo. [...] falar em dimensão instintiva ou reduzir a esfera da sexualidade humana a uma mera dimensão animal, natural ou reprodutiva é precisamente tirar dela sua dimensão mais cara e significativa, até mesmo sua espiritualidade (Nunes; Silva, 2006, p. 74).

É nesse terreno que são criados e mantidos *ad infinitum* os estereótipos de gênero, as relações, as binariedades, sem levar em consideração que estes estão em perene construção. Estes conceitos são apanhados das discussões acadêmico-científicas e adaptados falsamente para amedrontar e desenformar de forma criminosa a sociedade. São manipulações que atingem a massa populacional, que se alimenta de notícias sem credibilidade, de narrativas superficiais de fáceis ‘degustação’ diante do pânico moral, e do medo propagado a muitas pessoas de forma rápida, sem possibilidade de checagem do teor das mensagens e ou fatos. Ou seja, é uma espécie de verdade única/inquestionável, pois torna-se mais importante quem as diz do que a verificação das fontes. É nesse mar de mentiras fabricadas que o pseudoconceito “ideologia de gênero” se institui como justificativa para desqualificar grupos como a comunidade LGBTQIA+ emerge.

Outro ‘espantalho’ usado pela extremistas políticos e religiosos é o “Kit Gay”. Para termos ciência desta outra manipulação da extrema direita é essencial que consigamos visualizarmos o contexto em que este material foi confeccionado, bem como a sua utilização em forma de causar pânico moral nos períodos eleitorais. É importante destacar que o “nome oficial do Projeto intitulado: Kit de Combate e Prevenção a Homofobia, cujo qual, fora apelidado de maneira pejorativa de ‘kit gay’, a época, pelo então Deputado Estadual, do município do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, no ano de 2011” (Oliveira Júnior e Ferreira, 2025, p. 03).

Anteriormente, mais precisamente no ano de 2009, dentro do cronograma do Projeto Escola Sem Homofobia, foi articulado a elaboração e publicação de recursos didáticos para serem distribuídos com estudantes do Ensino Médio das Escolas Públicas brasileiras. Ação esta criada por meio do compromisso firmado por Organizações Não Governamentais, com representantes ligados ao movimento LGBTQIA+, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura – MEC. “Foi nesse contexto que se aventou a confecção de um material didático o qual se atribuiu a alcunha de Kit de Combate e Prevenção à Homofobia, amplamente difundido, por agentes contrários à sua distribuição, como ‘kit gay’” (Fernandes, 2011, p. 25). Este material didático foi pensado e confeccionado

[...] ao longo de dois anos, o Kit previa a distribuição, no segundo semestre de 2011, de um conjunto de materiais didáticos para a Rede Pública de Ensino Médio, incluindo: Boleshs (Boletins Escola sem Homofobia), cartaz de divulgação, carta de apresentação para profissionais da educação, Caderno Escola sem Homofobia – disponível ainda hoje na rede mundial de computadores e Recursos Audiovisuais com 05 vídeos curtos: Medo de Quê? Boneca na Mochila, Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade (Oliveira Júnior e Ferreira, 2025, p. 03).

Depois disso, houve uma enxurrada de notícias falsas que acusavam o Governo Federal de estar custeando ‘práticas homossexuais’ em crianças e adolescentes. Um grande burburinho foi desencadeado pelas bancadas políticas conservadoras que desinformavam a sociedade civil com fake news, conclamando, nos meios de comunicação, tv, rádio e internet uma verdadeira guerra contra a distribuição do Kit. Foi aí que despontou Jair Messias Bolsonaro, a época, Deputado Federal do Rio de Janeiro, representava a somatória de intolerância e extremismo dedicado à comunidade LGBTQIA+. Este sujeito, homofóbico incontestado – chegou a distribuir um ‘Panfleto Anti-Gay’. “Arauto representativo” dos preconceituosos, sexistas e dotado de uma heteronormatividade compulsória/doentia, que desprezava os valores democráticos, a ética e o respeito humano. Esse conjunto de falácias, do tipo espantalho, inviabilizou a distribuição deste material e causou celeumas entre o Estado e os responsáveis pela elaboração do recurso pedagógico, o que comprometeu o acesso dos estudantes a

um kit elaborado com respaldo nos estudos de gênero e sexualidade. Ceifou-se, desse modo, o acesso ao conhecimento que combateria diversas formas de preconceitos e o enfrentamento à LGBTQIA+fobia nas escolas.

2.2. Divergências e Convergências Entre as Lutas por Liberdade Sexual e de Gênero e a Tradição Marxista

Partimos das reflexões de György Lukács quando este diz que “todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas” (2013, p. 159). Sendo assim, tendo o trabalho como categoria fundante do ser social, há a possibilidade de compreensão de como homens e mulheres se constituem socialmente, como produtos de uma multiplicidade de relações que se forjam na concretude em que estes sujeitos interagem em uma determinada temporalidade e sociedade. “Assim, a partir da correlação entre objetividade e subjetividade, homens e mulheres se relacionam com a natureza no intuito de satisfazer suas necessidades fundamentais, como alimentar-se, morar, vestir-se etc” (Conrado, 2023, p. 110).

Corroborando com estas reflexões, Paula (2023), nos adverte ao tratamento dado aos sujeitos destoantes da perspectiva cisheteronormativa e masculina no marxismo. Historicamente as aproximações e os distanciamentos entre “as lutas por liberdade sexual e de gênero e a tradição marxista. De um lado, parcela hegemônica do marxismo, focada em uma leitura com centralidade exclusiva (e excludente) na economia e na luta de classes” (Paula et al, 2023, p. 1). Tudo isso acabou subalternizando outras esferas da vida social, como o gênero, a sexualidade e a orientação sexual, por

exemplo. Diante disso, foi-se constituindo um paradigma de classe trabalhadora “composta por homens brancos, europeus, heterossexuais e cisgêneros”, não havendo lugar para “analisar a pluralidade e a heterogeneidade da classe que sempre viveu do trabalho. Ou, quando muito, reconhecia essas outras determinações dos corpos e identidades para relegá-las a um plano menos importante das lutas políticas” (Paula *et al*, 2023, p. 1).

A ocultação das relações entre os gêneros no liame do marxismo advém das abordagens iniciais deste, que não levaram em consideração, por exemplo, a estreita relação entre a produção dos meios de existência e reprodução social dos indivíduos. Isto colaborou para que as categorias marxistas supervalorizassem o econômico. Conrado (2023), a esse respeito nos diz que “consequentemente esse processo teve um duplo efeito: a subestimação da opressão das mulheres e a dificuldade de apreensão da complexa realidade do capitalismo e o seu papel na transformação das instituições sociais ao longo do tempo”. Esse processo de reflexão e historicização torna-se central, na medida em que nos auxilia a ponderar acerca dos obstáculos que incidem sobre os militantes de partidos, intelectuais, e dos sujeitos ligados aos movimentos sociais de inspiração no materialismo histórico-dialético, e que ao longo do tempo, mesmo estando “vinculados às lutas por direitos trabalhistas apresentam dificuldades para compreender, de modo articulado, a manifestação das injustiças e a consequente reprodução das desigualdades que assolam a negritude, mulheres e LGBTQIA+ trabalhadoras” (Conrado, 2023, p. 111).

É imperioso lembrar que Marx não debateu teoricamente acerca dessa temática. E Engels, abordou apenas sobre a relação desigual

entre os sexos no âmbito da família patriarcal. Apesar de não estar no horizonte desses pensadores, “é possível garimpar referências esparsas a práticas homossexuais de oponentes nas cartas trocadas entre ambos na década de 1860”. Fora evidenciados em parte destas mensagens existência de “comentários jocosos e - hoje considerados - homofóbicos quando os fundadores do marxismo discutem suas diferenças políticas em relação a seus adversários” (Quinalha, 2019, p. 25).

Porém, apesar de haver registros escritos de como Marx e Engels “reproduziam uma visão comum de época, seria metodologicamente inadequado inferir, a partir somente de passagens pontuais e dispersas, posições políticas ou teorizações mais consistentes – positivas ou negativas – dos revolucionários sobre a questão” (Paula *et al*, 2023, p. 03). Destarte, se configuraria controvérsia ainda maior a punição do marxismo, que se constituiu como uma práxis teórica e política, como se este estivesse corrompido por uma “perspectiva homofóbica, como se fosse um vício de origem incontornável. Ao contrário disso, um olhar mais atento revela como essa tradição foi atravessada e ressignificada pelas reivindicações de homossexuais em diferentes contextos e países” (Paula *et al*, 2023, p. 03).

Para pensarmos historicamente essas perspectivas é necessário compreendermos que nada disso ocorreu fortuitamente, mas vai se engendrando a partir desenvolvimento das forças produtivas que ocorreu para atender as necessidades humanas. Assim, divisão social do trabalho “além de proporcionar uma diferenciação entre os gêneros, também foi responsável por determinar a diferenciação entre as classes”, em especial “a partir da divisão entre trabalho

braçal e trabalho intelectual, articulando também elementos como a divisão entre o campo e a cidade” (Assunção, 2018, p. 60).

À vista disso, identifica-se uma vinculação entre o surgimento da divisão sexual do trabalho - tanto o ligado a produção e, também, aquele relacionado a reprodução social – o trabalho das mulheres, vão contribuir para o desenvolvimento e a reprodução das diferenças de gênero. Desde o princípio deste processo as representações ligadas à masculinidade e feminilidade foram se desenhando. De acordo com Heleieth Saffioti: “Constitui-se assim o gênero: a diferença sexual, antes apenas existente na esfera ontológica orgânica, passa a ganhar um significado, passa a constituir uma importante referência para a articulação das relações de poder” (Saffioti, 2004, p. 133). Consoante a isso, em relação a perspectiva das diferenciações de gênero que surgem anteriores ao desenvolvimento do capitalismo, na gênese do patriarcado, a pesquisadora Mirla Cisne assevera que:

Por isso, a divisão sexual do trabalho, e todas as habilidades, qualidades e características a ela associadas como naturalmente pertencentes aos sexos, devem ser analisadas como construção histórica com a nítida reprodução das desigualdades de gênero associada a interesses dominantes. São construídos historicamente os papéis, as qualidades e as características, ou, ainda, as atividades ditas femininas e masculinas, e não determinadas fisiológica ou naturalmente. Há assim uma construção sócio-histórica do gênero. São, portanto, os homens e as mulheres, na construção de suas relações sociais, que irão determinar a sua forma de ser, agir e pensar (Cisne, 2012, p. 49-50).

Com isso, identificamos a fundação da heterossexualidade na sociabilidade capitalista, esta manifestação é também referenciada como heteronormatividade. Nessa sociedade mediada pela heterossexualidade compulsória a baliza será a imposição de “comportamentos heterossexuais, não só nas relações sexuais e afetivas, mas dentro de todo o modelo estruturante de sociedade, definindo papéis e posições sociais de acordo com o sexo, a sexualidade e a identidade de gênero” (Assunção, 2018, p. 60).

Contudo, “[...] as pessoas fora da norma heterossexual criam seus próprios instrumentos para se contraporem à ordem sexual hegemônica e construir a sua própria narrativa, a exemplo dos movimentos e organizações de LGBTs em defesa da diversidade sexual e de gênero” (Assunção, 2018, p. 63). É nesse paradigma, que

se delineia a partir das demandas da produção e se efetiva com a sexualização das relações sociais, tendo como carro chefe as necessidades da reprodução social que tem como fim último a manutenção das sociabilidades capitalistas que mobilizam as instituições sociais, a ciência e as relações de poder que se efetivam concretamente como mecanismos ‘ceifadores’ dos “desvios sexuais”.

3. METODOLOGIA

A metodologia desenvolve-se ancorada na abordagem do método qualitativo, por reconhecer que é “[...] por meio da pesquisa qualitativa, que busca compreender a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos” (Borges; Saramago e Hillesheim, 2021, p. 03). Apresenta como propósito de investigação o caráter exploratório, por acreditar que essa perspectiva de investigação “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Camargo e Nervis, 2024, p. 06). Adotou-se, assim, a perspectiva exploratória, uma vez que o tema necessita de estudos mais aprofundados no que concerne a contextualização histórica do Movimento LGBTQIA+ - sua relação com o marxismo - cronologicamente, a (re)eclosão da extrema-direita partindo dos setores extremistas religiosos - com interseções político-institucionais, tendo como força motriz as notícias falsas via redes sociais viralizantes para espalharem o pânico moral (in)fundamentados nas falácias da “ideologia de gênero” e o “kit gay”. Consideramos que estas escolhas metodológicas possibilitarão melhor problematizar as categorias, os conceitos e o diálogo entre as fontes e o referencial teórico da temática em estudo.

Sendo assim, modalidade bibliográfica, nos auxiliará na execução da revisão de literatura e apresentará amostras acerca das principais perspectivas teórico-conceituais no que tange à produção científica sobre o tema em estudo, colocando-nos diante de cenários e caminhos disponíveis pois a “[...] revisão bibliográfica, abrange o levantamento bibliográfico em fontes como livros, periódicos, artigos de jornais, acervos online e, por isso, a compreensão acerca de sua utilização é indispensável a qualquer pesquisador” (Braucks *et al.*, 2015, p. 03).

Inicialmente, realizou-se uma prospecção bibliográfica que elegeu a revisão de artigos científicos, livros e trabalhos acadêmicos que versam sobre o tema e suas subdivisões. Vieira e Nascimento (2021, p. 05), nos lembram que “[...] dessa forma, a pesquisa bibliográfica é importante para todo trabalho acadêmico, pois são os aportes teóricos que vão embasar e dar credibilidade à pesquisa, tornando-a um trabalho científico”. Consequentemente, os resultados das análises integram a última seção do presente estudo em conformidade com revisão bibliográfica proposta.

4. RESULTA DOS E DISCUSSÃO

Diante da nossa incursão até aqui, já foi possível depreender que as lutas sociais travadas pela comunidade LGBTQIA+ contra os padrões cisheteropatriarcais prepararam o terreno e colocaram como possibilidade política a relevância da luta, não só por representatividade, mas de coletivamente articular formas para superar a “heterossexualidade e da cisgeneridade como possibilidades únicas de experimentação do desejo e do autorreconhecimento do gênero enquanto identidade, bem como

propiciaram uma renovação no próprio campo do pensamento LGBTQIA+ e em suas agendas (Conrado, 2023, p. 110).

Ao analisarmos as perspectivas e conjunturas políticas mais recentes nos colocamos diante de retrocessos, que contrariando a perspectiva da práxis pautada no acúmulo das lutas destes sujeitos dissidentes, pois com o inaugurar dos anos 2000, já na sua primeira década, estes manifestam-se sombrios, uma vez que há uma ‘nova leva’, um recrudesimento do tradicionalismo radical dentro do espectro da extrema direita. De acordo com Almeida, essa consolidação articulava-se “ancorada em valores conservadores comuns às parcelas hegemônicas das religiões, cuja finalidade não é apenas proteger sua prática religiosa, mas também atuar sobre o sistema político e as regras do espaço público” (Almeida, 2021, p. 426). Que se caracterizou pela relação entre, de um lado um viés político direitista, e de outro pelos valores ultraconservadores. É o momento de fortalecimento da direita religiosa no Brasil através da suposta conservação de um arranjo familiar nuclear e de diversas agendas absurdas:

Neste cenário apresentado, o que percebemos é que a articulação de setores religiosos conservadores (com destaque para a já mencionada Frente Parlamentar Evangélica) à campanha de Jair Bolsonaro se faz por meio de discursos que articulam a produção de inimigos em comum – os “ideólogos de gênero” (lê-se a população LGBTIQ+ e as feministas) e os “petralhas” ou “comunistas” que também defendem a “ideologia de gênero” e almejam “erotizar crianças” (sobretudo quando se associa o período em que Fernando Haddad foi Ministro da Educação ao “kit gay”) – que precisam ser dizimados em nome da defesa da “família tradicional brasileira”, entendida como composta por homem, mulher e filhos/as (Fº Maranhão, Coelho e Dias, 2018, p. 18).

Alguns destes apoiadores de Bolsonaro orbitavam em coletivos cristãos extremistas, entre estes, ganhou destaque a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que tinha como expoente Silas Malafaia - suas pautas partem de moralidade religiosa conservadora defendendo a “defesa da família tradicional”. Já na “bancada evangélica” figuras como Pastor Marco Feliciano, que presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) na Câmara dos Deputados, agia diametralmente em oposição ao cargo ocupado, uma vez que o referido parlamentar encabeçou variados incidentes rechaçando a suposta “ideologia de gênero” e a utilização do Twitter para fazer comentários acerca das populações negra e LGBTIQ+, sendo contrário, sobretudo ao casamento homoafetivo,

entendido como a tentativa de imposição de uma “ditadura gay”” (Fº Maranhão, Coelho e Dias, 2018, p. 18). Complementando esse rol, de políticos/direitistas/religiosos, o Senador Magno Malta, defensor ferrenho da flexibilização da laicidade do Estado, foi combatente do pretenso “kit gay” e da presumida “ideologia de gênero”. Além destes, foi presença marcante, a Pastora Damares Alves - designada por ser “a mãe da farsa do “kit gay”. Todas essas ações e proposituras estão dentro de uma dinâmica de exclusão dos sujeitos dissidentes do que seria a “norma” do sistema capitalista. Isso fica claro, quando próprio Jair Bolsonaro, candidato à Presidência da República, se utiliza de uma narrativa mentirosa em rede nacional:

Imagem 1: Livro apresentado por Bolsonaro no Jornal Nacional (Rede Globo) é fake news



Fonte: Brasil de Fato (2018).

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/ts>.

Acesso em: 20 jul. 2026.

O caráter falso da notícia alardeada por Bolsonaro confirmou-se rapidamente por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 15 de outubro de 2018, em uma decisão do Ministro Carlos Horbach. Este destacou que nunca existiu “kit gay”, e que esse tipo

de informação "gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político, tão logo recomendou a remoção dos conteúdos com tal teor"(BRASIL DE FATO, 16 de outubro de 2018).

São amostras públicas e institucionais, de modo antecipado, que a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ no futuro Ministério da Cidadania do governo Bolsonaro não seria uma agenda preferencial. Estes articularam apoio a Jair Bolsonaro, a partir de seus discursos e atuações falaciosas, uma enxurrada: de fake news e mentiras anticientíficas, no intuito de eleger um “inimigo” para ser combatido, usando a “ideologia de gênero” e o “kit gay” como meio de criar pânico moral na população a partir de uma metodologia de ação argumentativa similar, para combater ambos: se embasava na conclamação à população para defender “as crianças de uma sexualização e erotização precoce, que seria a base do plano do “ativismo gay” – expressão comumente usada por lideranças religiosas como o pastor Silas Malafaia – para a “homossexualização” da sociedade brasileira” (Fº Maranhão, Coelho e Dias, 2018, p. 22). Como pode ser comprovado no trecho abaixo:

Mas antes de ser levada aos pronunciamentos oficiais e às agendas do governo federal, a expressão sempre foi um dos assuntos mais citados nas redes sociais da família Bolsonaro. Como motor político, a expressão “ideologia de gênero” foi repetida por eles ao menos 206 vezes, desde 2014, no Twitter, Facebook e Instagram de Jair Bolsonaro e de seus filhos mais velhos, o vereador do Rio de Janeiro Carlos, o deputado federal Eduardo e o senador Flávio (CARTA CAPITAL, 29 de setembro de 2022)

Mediante nossas reflexões o que pode ser identificado é que essa suposta necessidade de proteção se coaduna com a escolha de um coletivo para ser usada como alvo a combater, pelos sujeitos da extrema direita/religiosa/política – com seu inúmeros espantalhos/falácias, acabou (re)colocando a comunidade LGBTQIA+ ainda mais na marginalidade – endossam-se, assim, práticas de discriminação institucionalizada, potencialização e naturalização da LGBTQIA+fobia, crescimento do número de assassinatos contra esse grupo.

Como alternativa a todas essas mazelas que se debruçam sobre as/os LGBTQIA+ é que se faz necessário articular como horizonte estratégico a emancipação humana levando-se em conta a sua diversidade, entendendo que a classe trabalhadora é composta, em sua concretude por estes sujeitos e sujeitas: mulheres, negras e negros e LGBTQIA+. Nesse sentido, torna-se imperioso a compreensão de que a superação das desigualdades e injustiças sociais, que são frutos/mazelas diretamente das relações políticas

dentro Estado capitalista, só ocorrerá com a unificação das pautas ora elencadas. Consequentemente, a compreensão da crítica marxista, bem como as orientações sobre a emancipação humana como horizonte estratégico podem somar-se ao Movimento LGBTQIA+ brasileiro hodiernamente, debruçando-se nas suas lutas históricas, nos “os avanços, limites e tensões enfrentados por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais organizados politicamente em uma sociabilidade capitalista” (Souza, 2025, p.10).

Estas, são reflexões que nos ajudam a compreender como os militantes de partidos, intelectuais, e os sujeitos ligados aos movimentos sociais de base histórico-dialética têm dificuldade para compreender, de modo interseccionalizado, as formas concretas e discursivas que constituem as injustiças e reprodução das desigualdades e precarizações que subalternizam mulheres, negra/os e LGBTQIA+ que compõe a maioria da classe trabalhadora no Brasil. Destarte, partindo da compreensão da crítica marxista- de suas interlocuções com as lutas contra opressões, bem como as orientações sobre a emancipação humana como horizonte estratégico, podem ser conexões potentes para qualificar nosso entendimento acerca constituição dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora na contemporaneidade, da qual a comunidade LGBTQIA+ brasileiro faz parte e pode/deve ser um aliado, mutuamente contra todas as formas de opressão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se investigar movimento LGBTQIA+ no Brasil, principalmente no processo de emergência da extrema direita e do conservadorismo religiosos e político, quando essa comunidade dissidente do cisheteropatriarcado passa a ser

denominada como um alvo a ser combatido. Bem como as aproximações e distanciamentos entre a luta contra opressões e os teóricos do marxismo.

A partir do objetivo principal de investigação, buscou-se compreender e mapear, numa perspectiva dialética, os impactos do ressurgimento de grupos extremistas político-religiosos que ganharam terreno com a articulação da direita e extrema direita, permeados por práticas conservadoras e em última instância elegeram um inimigo: a comunidade LGBTQIA+ brasileira, ainda na primeira década dos anos 2000.

Na sequência, propomo-nos problematizar a trajetória histórica das relações entre as subalternidades LGBTQIA+ constituídas historicamente, fazendo intersecções com as práticas e representações forjadas dentro do espectro do conservadorismo institucionalizado, principalmente no início dos anos 2010. Conseguimos, doravante o rigoroso levantamento bibliográfico, reconhecer que estes foram usados como estratégias na campanha de Jair Bolsonaro para presidente da república. Após vencer o pleito, Bolsonaro instalou uma agenda com pautas excêntricas e se organizando concretamente entre o autoritarismo político e o conservadorismo religioso.

No terceiro momento, abordamos as tensões que marcaram a comunidade LGBTQIA+, notadamente o pleito presidencial de 2018, onde conseguimos identificar as matrizes discursivas que gestaram o pânico moral ao se criarem e difundirem fake news, se utilizando de recursos enganadores/mentirosos como as falácias, primordialmente, a ‘falácia do espantalho’, que se traduziu na suposta “ideologia de gênero” e no fraudulento “kit gay” o que para

eles configurava-se como um risco iminente para a destruição da chamada “família tradicional”. Jair Bolsonaro, não agiu só, contou com o apoio dos influenciadores midiáticos evangélicos que ganharam projeção neste período de campanha eleitoral, como é o caso dos pastores Silas Malafaia e Marco Feliciano e Damares Alves, entre outros, que de forma criminosa usaram seu prestígio religioso, através de seus templos e por meio das mídias sociais disseminarem fake news em desfavor do público LGBTQIA+.

Diversas foram as mentiras viralizadas na internet que se conectavam a falaciosa “ideologia de gênero” e inexistente “kit gay”: diziam haver uma tentativa de imposição de uma “ditadura gay”; que era imperioso defender “as crianças de uma sexualização e erotização precoce, que seria a base do plano do “ativismo gay”; que só existe família nuclear, sendo necessário unir todas as forças para barrar a aniquilamento da “família tradicional” que se daria pelo processo de “homossexualização” da sociedade brasileira. Tudo isso corroborou com a escolha das/os sujeita/os LGBTQIA+ como um “inimigo” a ser extirpado, desencadeando, nesse ínterim, um movimento de discriminação institucionalizada, potencialização e naturalização da LGBTQIA+fobia, crescimento do número de assassinatos contra esse grupo.

Na última parte analisamos, de modo resumido, as aproximações e distanciamentos entre as lutas por liberdade sexual e de gênero e a tradição marxista. Pudemos perceber uma certa subalternização nas relações entre os gêneros no marxismo, ao analisarmos as abordagens iniciais deste movimento. Isto, inicialmente, em consequência da supervalorização do viés econômico, que desencadeou, por exemplo, a não valorização das pautas ligadas a opressão das mulheres na sociedade capitalismo, ficando

mascarada, desse modo a Teoria da Reprodução Social – o que subestima o seu papel na transformação das instituições sociais ao longo da história.

À vista disso, podemos concluir neste estudo, tendo em vista os resultados apresentados, que é urgente a compreensão, tanto do movimento LGBTQIA+, como as correntes marxistas, da possibilidade de coalisão a partir das bandeiras de lutas e pautas comuns que se conectam diretamente, tendo como referência a práxis concreta vivenciada pela classe trabalhadora – que não é homogênea e se revela, histórico-geograficamente, nesse movimento de contradições, mudanças e permanências. Essas reivindicações comuns, entre materialistas e a diversidade, são causas que se apresentam cotidianamente: seja no combate as formas precárias/desumanizantes/exploradoras como a classe trabalhadora é tratada pelo neoliberalismo – que atingem principalmente mulheres, negra/os e LGBTQIA+, debilitando potencialmente suas existências; seja no enfrentamento ao neofascismo institucionalizado, político-econômico-socialmente, que usa a matriz religiosa extremista, as falsas narrativas/mentiras via redes sociais para instaurar pânico moral e depreciar a/os sujeita/os historicamente oprimidos e marginalizados, se apresentando como reatualização do sistema capitalista e se autodenominando como “a saída” para os momentos de crise sistêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

‘Ideologia de gênero’: como o clã Bolsonaro usa internet para atacar LGBTI+ (29 set. 2022). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-como->

[o-cla-bolsonaro-usa-internet-para-atacar-lgbti/](#). Acesso em 27 jul. 2026.

ALMEIDA, Ronaldo de. A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. In: AVRITZER, Leandro; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ASSUNÇÃO, Iuri. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia. (Orgs.). Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 55-83.

BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. Revista de Atropologia. v. 1, p. 83-94, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145515/139668>. Acesso em: 23 maio. 2026.

BORGES, P. A.; SARAMAGO, O.; G.; HILLESHEIM, M. C. P. “Análise de conteúdo: uma técnica de pesquisa qualitativa”. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro vol. 2, n. 1, 25, p. 16-33, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/40>. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRAUCKS, J. B. *et al.* “Pesquisa Bibliográfica como Metodologia de Pesquisa Científica”. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 11, 2025. DOI: 10.23899/g0q8kq90. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/relacult/article/view/2637>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CAMARGO, I. V. de; NERVIS, J. J. Análise de conteúdo em problemas matemáticos utilizando o domínio icônico. **Revista Baiana de Educação Matemática**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/baeducmatematica/articl>. Acesso em: 16 jul. 2026.

CAMARGO, I. V.; NERVIS, J. J. “Análise de conteúdo em problemas matemáticos utilizando o domínio icônico”. **Revista Baiana de Educação Matemática**, vol. 5, n. 1, 2024. EPESC; Garamond, 2009.

CONRADO, Zeonryr. O sujeito político LGBTQIA na teoria marxista: Conexões entre classe, gênero e sexualidade . **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 31, n. 2, p. 106–124, 2023. DOI: 10.31068.310206. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/927>. Acesso em: 22 jul. 2026.

FACCHINI, Regina. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo. In: BENÍTEZ, María Elvira Díaz; FIGARI, Carlos Eduardo (Ed.).

FERNANDES, F. B. M. (2011). A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010) [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].

GARRIDO, Stella. Pautas Morais e Ideologia de Gênero: a direita e o discurso evangélico na eleição de 2018. **Mosaico**, [S. l.], v. 16, n. 25, p. 182–205, 2024. DOI: 10.12660/rm.v16n25.2024.91060. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/91060>. Acesso em: 21 jul. 2026.

GOMES FERREIRA, Guilherme. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 20, n. 36, p. 166–178, 2016. DOI: 10.23925/lis.v20i36.31855. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/lis/article/view/31855>. Acesso em: 22 jul. 2026.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social* – v. 2. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARANHÃO Fº, E. M. de A.; COELHO, F. M. F. .; DIAS, T. B. . “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio – Revista de Religião & Cultura**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 65–90, 2018. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/correlatio/article/view/4471>. Acesso em: 21 jul. 2026.

NUNES, César; SILVA, Edna. A educação sexual da criança. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 72)

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; FERREIRA, Diego Raone. Uma década de amotinação sobre um material não publicado: representações de um ex-chefe do Executivo sobre o ‘kit gay’. **Acta Scientiarum. Education**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e73905, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/73905>. Acesso em: 22 jul. 2026.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. “Entre conquistas e barreiras”: reflexões sobre o horizonte estratégico de luta do

movimento lgbt brasileiro na contemporaneidade. 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: A gente sobe a ladeira por liberdade. 2025. Disponível em: https://cfess.org.br/cbas2025-assets/pdf/625-1286254_13_08_2025_17-20-10_5652_v4.pdf. Acesso em: 26 maio. 2026.

TSE confirma que “kit gay” nunca existiu e proíbe “fake news” de Bolsonaro (16 out. 2024). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/tse-confirma-que-kit-gay-nunca-existiu-e-proibe-fake-news-de-bolsonaro/>. Acesso em 20 jul. 2026.